

# A IMPORTÂNCIA DA ESTRATÉGIA MILITAR PARA A ELABORAÇÃO DE CONCEITOS OPERATIVOS FUTUROS

## THE IMPORTANCE OF MILITARY STRATEGY FOR THE ELABORATION OF FUTURE OPERATING CONCEPTS

WALTER DA COSTA FERREIRA

### RESUMO

O corrente ensaio tem por objetivos evidenciar a base teórica da estratégia militar, dissertando sobre seus métodos e modalidades, bem como desenvolver uma abordagem pragmática das diversificadas posturas estratégicas para a solução de conflitos, como subsídios à formulação de conceitos operativos futuros de forças militares. As seções do ensaio estão articuladas em seis partes, começando por uma introdução que apresenta o conceito lato de estratégia e a essência de conceitos operativos futuros. A segunda parte aborda a estratificação e o alinhamento estratégicos, assim como transita detalhadamente no nível da estratégia nacional. Subsequentemente, realiza-se uma abordagem acadêmica da temática considerada como base para explicitar, na seção posterior, os métodos da estratégia militar previstos na doutrina militar brasileira. A quinta parte descortina a manobra estratégica por meio da combinação de posturas ou atitudes estratégicas. Em conclusão do trabalho, destaca-se a influência marcante da estratégia militar para a formulação de conceitos operativos futuros de forças militares.

### PALAVRAS-CHAVE

Poder Militar; Estratégia; Conceito Operativo; Métodos Estratégicos; Coerção.

### ABSTRACT

The current essay aims to evidence the theoretical basis of military strategy, discussing its methods and modalities, as well as to develop a pragmatic approach of diverse strategic postures for conflict resolution, as subsidies to the formulation of future operating concepts of military forces. The essay sections are divided into six parts, starting with an introduction that presents the broad concept of strategy and the essence of future operating concepts. The second part addresses strategic stratification and alignment, as well as discourses in detail on the level of the national strategy. Hereafter, an academic approach to the related theme is carried out as a basis for explaining, in the later section, the methods of military strategy foreseen in Brazilian military doctrine. The fifth part reveals the strategic maneuver through the combination of strategic postures or attitudes. In conclusion, the paper highlights the remarkable influence of the military strategy for the formulation of future operating concepts of military forces.

### KEY WORDS

Military Power; Strategy; Operating Concept; Strategic Methods; Coercion.

### O AUTOR

Coronel da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro, graduado em ciências militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e pós-graduado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente, é colaborador do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional - GEESI/UFPB.



## 1. Introdução

A vitória na guerra depende, invariavelmente, da efetividade de uma boa estratégia. Sua correta aplicabilidade sujeita-se ao estudo sistemático de seus princípios, fundamentos e métodos. A ignorância estratégica, na grande maioria dos casos, conduz ao fracasso e coloca em risco a própria sobrevivência do Estado. Não há vitória tática que compense uma péssima estratégia (FERREIRA E TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p. 174).

Este trabalho tem por finalidade apresentar os fundamentos basilares da estratégia militar, seus métodos e a combinação de posturas estratégicas para a solução de conflitos, como subsídios à formulação de conceitos operativos futuros de forças militares. Nesse mister, cumpre esclarecer, preliminarmente, que um conceito operativo sintetiza a essência do *modus operandi* de forças militares em um ambiente operacional futuro visualizado, constituindo, por conseguinte, um dos pilares para a definição das capacidades militares necessárias ao aparato bélico do Estado. Em sentido lato, o conceito operativo precisa traduzir como as forças militares serão empregadas sob uma perspectiva compreensiva.

De antemão, para alcançar o propósito supramencionado, é preciso compreender as bases que edificam o conceito de estratégia militar. Nesse sentido, pode-se afirmar que estratégia militar “É a arte e a ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o *Poder Militar* durante os conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais, visando à consecução ou manutenção dos objetivos fixados no nível político” (BRASIL, 2020, p. 24, grifo nosso). Cabe registrar, conseqüentemente, que a estratégia militar representa um dos componentes da estratégia nacional ou grande estratégia do Estado.

Em complemento à supracitada definição, assinala-se que a estratégia, por uma visão abrangente, é a ponte que conecta os recursos

do poder (meios disponíveis) ao propósito político (fins desejados). Por conseguinte, os recursos devem ser adequados e suficientes para o atingimento dos objetivos por meio dos métodos selecionados. Segundo Echevarria II (2017, p. 26, tradução nossa, grifo nosso), “Diz-se que uma boa estratégia é aquela em que todos os três componentes (fins, formas e meios) estão em equilíbrio, ou seja, os meios são *suficientes* para atingir os fins por meio dos métodos designados”<sup>1</sup>. Ou seja, sem dimensionamento de recursos e/ou definição das formas de ação, não há estratégia.

**Figura 1: Ponte estratégica**



Fonte: elaborada pelo autor.

Estratégia, simultaneamente arte e ciência, apresenta caráter etéreo; requer pensamento flexível e criativo do estrategista, não admitindo, portanto, soluções padronizadas ou protocolares. Sob uma ótica pragmática, estratégia é, ao fim e ao cabo, uma questão de escolha, que considera o cálculo racional de custos, riscos e benefícios. Todavia, essa escolha nem sempre se coaduna com a prevalência da mencionada racionalidade, porquanto o processo decisório também sofre influência de outros fatores, como a cultura estratégica do Estado, a personalidade da liderança política e mesmo as pressões domésticas. Em acréscimo ao que precede, Freedman e Raghavan (2013, p. 207, tradução nossa) nos alertam sobre a interdependência das escolhas estratégicas:

<sup>1</sup>No original: “A good strategy is said to be one in which all three components (ends, ways, and means) are in balance, that is, the means are sufficient to accomplish the ends through the designated ways.”

Estratégia é sobre escolha. Depende da capacidade de compreender as situações e apreciar os perigos e oportunidades que elas contêm. Isso, por sua vez, exige uma compreensão das escolhas disponíveis para os outros e de como isso pode frustrar ou possibilitar as próprias escolhas. A essência da estratégia, portanto, é a interdependência da escolha<sup>2</sup>.

Uma vez entendidos os significados de estratégia militar e de conceito operativo, convém abordar, subsequentemente, os princípios elementares e os métodos da estratégia militar, no intuito de identificar a sua importância e a sua influência para a formulação de conceitos operativos futuros de forças militares.

## 2. Estratificação, Alinhamento e Estratégia Nacional

Iniciando a abordagem dos princípios elementares afetos à estratégia, convém descortinar, em pormenores, sua estratificação. Na doutrina militar em geral, consideram-se três níveis estratégicos: o nacional, o militar e o operacional.

A estratégia nacional, também referenciada na literatura como estratégia total ou grande estratégia, concerne à aplicação de todos os instrumentos e recursos do poder nacional, sejam econômicos, militares ou político-diplomáticos, *inter alia*, com o fito de assegurar os interesses nacionais do Estado, compondo encargo indelegável de sua liderança política. De acordo com Lidell Hart (apud Gray, 2016, p. 42), “o papel da grande estratégia – a mais elevada – é coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação [...] na direção do alcance do objetivo político da guerra”.

<sup>2</sup>No original: “Strategy is about choice. It depends on the ability to understand situations and to appreciate the dangers and opportunities they contain. This in turn calls for an understanding of the choices available to others and of how this might frustrate or enable one’s own choices. The essence of strategy therefore is the interdependence of choice”.

Constituindo um ramo componente da estratégia nacional, a estratégia militar refere-se à aplicação do poder militar do Estado para neutralizar ameaças em situações conflituosas, no intuito de assegurar o atingimento dos objetivos políticos estabelecidos. É atribuição do órgão setorial de defesa nacional e dos comandos das forças singulares.

Em último estrato, a estratégia operacional revela-se incumbência dos comandos operacionais da estrutura militar de defesa (teatro de operações, zona de defesa etc.), relacionando-se ao planejamento e condução das campanhas militares, em consonância com as estratégias de nível superior.

Tomando em conta o uso do poder militar para solucionar conflitos, consideram-se quatro níveis de planejamento e decisão: o político, o estratégico, o operacional e o tático. Nesse sentido, a **figura 2** retrata a imagem de uma pirâmide que estabelece uma correspondência dos níveis de atuação da estratégia e da tática com os níveis do planejamento militar.

**Figura 2: Estratificação estratégica**



Fonte: Ferreira e Teixeira Júnior (2021, p. 58).

Sob a liderança direta do chefe de Estado (estadista), o nível político ampara-se em um gabinete de crise, tendo como atribuições básicas: a definição dos objetivos políticos do conflito; a concepção da estratégia nacional; a ativação dos comandos operacionais da estrutura militar de defesa, com a nomeação de seus

respectivos comandantes; e o estabelecimento das condicionantes políticas ao emprego do poder militar. Cabe ressaltar que, no Brasil, o Conselho de Defesa Nacional constitui a base do gabinete de crise.

Por sua vez, o nível estratégico de planejamento, representado pelo Ministério da Defesa e os comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, emite diretrizes estratégicas no intuito de orientar o emprego das Forças Armadas e elabora o plano estratégico de emprego conjunto das Forças Armadas, consolidando, *inter alia*, os objetivos estratégicos militares, derivados dos objetivos políticos, e a concepção da estratégia militar.

Já o nível operacional tem como encargo a condução das campanhas militares, com base em uma estratégia operacional, sendo consubstanciado pelos comandos operacionais ativados da estrutura militar de defesa, a saber: teatro de operações, área de operações, zona de defesa, comando de operações aeroespaciais e comando de defesa cibernética. O plano de campanha do teatro de operações compõe exemplo típico de planejamento no nível considerado.

Por fim, no nível tático, são planejadas e travadas as batalhas (engajamentos de forças militares) por meios navais, terrestres e aéreos, a cargo das forças componentes integrantes dos diversos comandos operacionais supracitados.

A partir da visualização dos distintos níveis estratégicos, compete esclarecer que se mostra imperativo para a vitória em qualquer disputa geopolítica o alinhamento entre as concepções estratégicas nacional e militar. Destarte, serão realizadas algumas observações elementares sobre a estratégia nacional desenvolvida nas situações conflitantes do Estado.

Observando-se a **figura 3**, percebe-se à esquerda os modelos originalmente concebidos pelo proeminente general francês André Beaufre (1998, p. 32-35) em sua

obra “Introdução à Estratégia”. Ao centro, verificam-se os métodos básicos da estratégia nacional (BRASIL, 2020, p. 23-24) e, à direita, os métodos da estratégia militar (FERREIRA e TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p. 106-116).

### Figura 3: Alinhamento estratégico



Fonte: Ferreira e Teixeira Júnior (2021, p. 115)  
(adaptada pelo autor).

Os métodos da estratégia nacional diferem, basicamente, no papel desempenhado pelo poder militar na solução da disputa, seja em caráter protagonista (ação direta), seja em caráter coadjuvante aos demais instrumentos do poder nacional (ação indireta). A seleção do método depende, essencialmente: das capacidades materiais do Estado (fator F), tanto militares quanto econômicas; das forças morais da nação (fator Y), representadas pela vontade política de usar a força e pela motivação nacional; da liberdade de ação (fator K) existente no ambiente estratégico, interna e externamente, para empregar a violência física; e das condições de tempo (fator T) para a solução do conflito, que requerem maior ou menor necessidade de rapidez.

Em relação à modelagem estratégica, cabe discriminar os modelos típicos de uma situação de crise - ameaça direta e pressão indireta - e os modelos que fazem uso da violência armada em alguma medida - ações sucessivas, conflito prolongado e conflito violento. De forma bastante sucinta, registra-se que a seleção e/ou combinação dos citados modelos depende, diretamente:

da importância dos objetivos políticos, estabelecidos pela liderança política para o conflito, que indicam a predisposição para o uso da força; das capacidades militares disponíveis ao Estado, em grau de suficiência relativa ao oponente e adequação ao ambiente operacional do litígio; e do grau de liberdade de ação desfrutado pelo Estado para realizar ações militares violentas (BEAUFRE, 1998). Ressalta-se que o modelo de ações sucessivas implica a utilização direta do poder militar, de forma limitada, no intuito de potencializar uma estratégia coercitiva ou estabelecer um fato consumado. O citado modelo pode se desenvolver em um quadro de crise com violência limitada - conflito na zona cinza<sup>3</sup> - ou de conflito armado, a depender da resposta rival.

Cabe registrar que os supramencionados modelos são apenas “exemplos” de emprego do “poder nacional” do Estado (BEAUFRE, 1998, p. 35), na medida em que compete ao estrategista, valendo-se de seu pensamento criativo e flexível, estabelecer uma modelagem adequada ao ambiente estratégico e às circunstâncias do conflito, pela combinação de várias variáveis dos referidos modelos, seja por faseamento ou ante distintos atores antagonistas, ou mesmo pela criação de novos modelos. Nesse contexto, assinala-se que o modelo de ações sucessivas, por si só, configura a combinação dos modelos de pressão indireta e ameaça direta, em associação ao emprego de ações militares limitadas em força, sejam restritivas (bloqueios) e/ou ofensivas (bombardeios, incursões etc.). Os métodos da estratégia militar serão abordados adiante.

**Figura 4: Modelos estratégicos**

<b>Modelo Estratégico</b>	<b>Características</b>	<b>Método da Estratégia Nacional</b>	<b>Formas de Solução de conflito</b>	<b>Ações Estratégicas * ações predominantes</b>
Ameaça Direta	- Objetivos modestos - Superioridade de meios - Boa liberdade de ação	Ação direta	<i>Persuasão</i> <i>Coerção</i>	- Ações diplomáticas e jurídicas - Ações coercitivas políticas, econômicas e psicossociais - <b>Ações militares coercitivas (ameaça de emprego)*</b>
Pressão Indireta	- Objetivos modestos - Meios insuficientes - Pouca liberdade de ação	Ação indireta	<i>Persuasão</i> <i>Coerção</i>	- Ações diplomáticas e jurídicas - <b>Ações coercitivas políticas, econômicas e psicossociais *</b> - Ações militares coercitivas (ameaça de emprego)
Ações Sucessivas	- Objetivos importantes - Meios limitados - Pouca liberdade de ação	Ação indireta	<i>Persuasão</i> <i>Coerção</i> <i>Violência</i>	- Ações diplomáticas e jurídicas - <b>Ações coercitivas políticas, econômicas e psicossociais *</b> - Ações militares coercitivas (ameaça de emprego) - Ações militares limitadas ofensivas e/ou restritivas
Conflito Prolongado	- Objetivos importantes - Meios muito escassos - Grande liberdade de ação	Ação indireta	<i>Persuasão</i> <i>Coerção</i> <i>Violência</i>	- Ações diplomáticas e jurídicas - <b>Ações coercitivas políticas, econômicas e psicossociais*</b> - Operações militares de baixa intensidade (irregulares)
Conflito Violento	- Objetivos importantes - Superioridade de meios - Boa liberdade de ação	Ação direta	<i>Persuasão</i> <i>Coerção</i> <i>Violência</i>	- Ações diplomáticas e jurídicas - Ações coercitivas políticas, econômicas e psicossociais - <b>Operações militares em larga escala (regulares)*</b>

Fonte: elaborada pelo autor, com base em Beaufre (1998).

<sup>3</sup> A zona cinza não constitui relacionamento pacífico tampouco conflito armado. Nela, a competição estratégica entre dois ou mais Estados se desenvolve abaixo do limiar do conflito armado. A natureza do conflito é essencialmente não-violenta, exceto por episódios esporádicos de uso limitado de violência. A finalidade é evitar ultrapassar “linhas vermelhas” que suscitem uma escalada militar com elevados custos e consequências imprevisíveis (JORDAN, 2020).

### 3. Abordagem Acadêmica dos Métodos Estratégicos

Como naturalmente deve ser, o meio acadêmico voltado aos estudos estratégicos nos oferece uma plêiade de abordagens e perspectivas teóricas acerca dos métodos estratégicos militares. Em vista disso, é comum a utilização de termos e expressões análogas com sortidas interpretações, por vezes discrepantes. Na sequência, apresentar-se-á um entendimento majoritário dos principais métodos estratégicos, sob a ótica da literatura acadêmica de estudos estratégicos, a despeito da existência de outras classificações mais diversificadas.

Em observância ao alinhamento estratégico preconizado na sessão pregressa, o Estado pode aplicar o seu aparato bélico sob diversas formas de ação e em variadas gradações, consoante o método estratégico selecionado. Todavia, o Estado também pode fazer uso do seu poder militar sob a forma de ameaças de emprego da força. Sob essa perspectiva, convém explicitar os distintos matizes do “uso potencial” da violência armada.

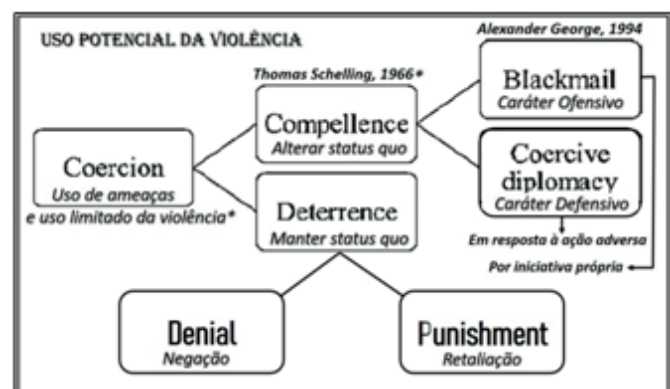
Transitando no domínio da coerção, referida à utilização de ameaças de toda ordem para forçar a submissão do adversário aos interesses nacionais do Estado coator, há que considerar duas formas básicas de empreendê-la: a dissuasão e a compelência<sup>4</sup>, consoante a teoria oferecida por Schelling (1966). Segundo Ferreira e Teixeira Júnior (2021), a dissuasão concerne ao uso de ameaças com base na capacidade de repelir (dissuasão por negação) ou retaliar (dissuasão por punição), com força nuclear ou convencional, eventuais

<sup>4</sup> Ressalta-se que o termo “compelência” caracteriza um neologismo oriundo da palavra inglesa “compellence”. Não obstante os dicionários de língua portuguesa ainda não o incorporem, o mencionado vocábulo é comumente empregado nos textos acadêmicos brasileiros relacionados às relações internacionais e aos estudos estratégicos.

ações armadas contra o Estado, almejando a manutenção do *status quo*. De acordo com os mesmos autores, a compelência, visando à alteração da situação vigente, pode ser caracterizada pela ameaça ativa de uso da força, coagindo o adversário a modificar comportamento contrário aos interesses do Estado.

Por sua vez, George e Simons (1994) discriminam os diferentes usos da compelência em duas categorias: a chantagem, uso ofensivo de ameaças para fazer o coagido desistir da resistência física na defesa de seus interesses nacionais; e a diplomacia coercitiva, baseada em ameaças de uso da força militar e outros instrumentos em resposta a ações estratégicas adversas aos interesses do Estado coator.

#### Figura 5: Uso potencial da violência



Fonte: Onishi (2019, p. 3) (adaptada pelo autor).

Aqui cabe a ressalva de que muitas abordagens sobre a coerção, particularmente na esfera dos estudos estratégicos, com proeminência para as teorias de Schelling (1966) e Pape (1996), admitem o uso restrito da violência física, extrapolando a mera ameaça de emprego do poder militar, para potencializar a pressão exercida sobre o oponente. Especialmente no campo da filosofia política (NOZICK, 1969; MCCLOSKEY, 1980), há contraposição ao uso da hostilidade armada como método coercitivo. Bratton (2005) aborda essa divergência conceitual com muita propriedade, explicitando as diferentes

perspectivas existentes na literatura acadêmica sobre coerção, incluindo aquelas que entendem esta como modalidade diversa da dissuasão (GEORGE e SIMONS, 1994; PAPE, 1996). Definitivamente, ainda não existe consenso acadêmico acerca da referida temática.

Segundo uma abordagem genérica, os pensadores da arte da guerra classificam os métodos estratégicos militares em função de seus objetivos (neutralização ou submissão do oponente) e das capacidades inimigas prioritariamente visadas (físicas ou psicológicas). Destarte, os métodos da aniquilação e da deslocação visam à neutralização (destruição ou captura) do adversário, por meio da vitória militar em batalha, preferencialmente decisiva, em alinhamento à estratégia nacional de ação direta. Em contrapartida, os métodos da atrição e da exaustão objetivam a submissão do oponente, em decorrência da perda de sua capacidade física e/ou psicológica de prosseguir na luta (TZU, 2011), coadunando-se com a estratégia nacional de ação indireta, em que os efeitos políticos, econômicos e psicossociais revelam-se determinantes para a vitória.

Aniquilação e deslocação tencionam uma vitória rápida com os menores custos possíveis. Nesse sentido, a aniquilação busca o êxito militar pela neutralização direta das forças armadas inimigas, preferencialmente em única batalha ou campanha relâmpago (CLAUSEWITZ, 1984; BARTHOLOMEES JR, 2012). Por outro lado, a deslocação quebra a vontade de lutar do oponente, mediante uma paralisia estratégica (HART, 1967) provocada por uma manobra inesperada em profundidade, que surpreende e desequilibra psicologicamente o adversário (ECHEVARRIAII, 2017). Por vezes referida como *blitzkrieg*, a deslocação requer mobilidade tática e grande velocidade para derrotar decisivamente o inimigo, atributos tipicamente inerentes às forças blindadas (MEARSHEIMER, 1983).

**Figura 6: Métodos estratégicos segundo a literatura internacional**

MILITARY STRATEGIES	(neutralização do oponente) <i>Defeating the Enemy through Decisive Engagement</i> "Vitória Militar Decisiva"	(submissão do oponente) <i>Defeating the Enemy through Slowly Grinding Down its Strength</i>
<i>Undermine the Enemy's Physical Capacity to Resist</i>	(destruir as forças inimigas) <b>Annihilation</b> Método da Ação Direta	(degradar capacidades) <b>Attrition</b> (or Erosion) Método da Ação Indireta
<i>Undermine the Enemy's Psychological Capacity to Resist</i>	(paralisar o inimigo pela surpresa e manobra) <b>Dislocation</b> Método da Aproximação Indireta	(desgastar o adversário) <b>Exhaustion</b>

Fonte: Greer (2018) (adaptada pelo autor).

Como contraposição estratégica, pode-se afirmar que a atrição e a exaustão configuram os polos opostos da aniquilação e da deslocação, respectivamente. Atrição, também referenciada como erosão, significa degradar progressivamente as capacidades físicas do adversário, militares e/ou econômicas, por intermédio de bloqueios, bombardeios, incursões e ataques cibernéticos, *inter alia*. Por sua vez, a exaustão pressupõe o desgaste psicológico do inimigo e a consequente redução de sua vontade de lutar por meio de uma campanha prolongada, normalmente conduzida por forças irregulares (ECHEVARRIAII, 2017).

#### 4. Métodos da Estratégia Militar

Uma vez que a abordagem acadêmica foi previamente sintetizada, convém descrever sucintamente os métodos da estratégia militar em conformidade com a doutrina militar vigente no Brasil. Nesse sentido, a Doutrina de Operações Conjuntas estabelece apenas três modalidades, a saber: ação direta, aproximação indireta e ação indireta (BRASIL, 2020, p. 24).

A supracitada fonte refere-se ao método da ação direta como aquele em que predomina o emprego da massa, buscando-se o aniquilamento do inimigo pela batalha imediata. Por seu turno, o método da aproximação indireta pode ser caracterizado pela abordagem do inimigo de forma imprevista, após ações de inquietação, valendo-se da surpresa para desequilibrá-lo

por meio de uma manobra de envolvimento com movimentos rápidos e profundos. Em contrapartida, o método da ação indireta distingue-se dos anteriores por ações que visam à submissão do inimigo, quebrando-lhe a vontade de lutar (BRASIL, 2020). Por conseguinte, é cabível inferir a correspondência dos mencionados conceitos doutrinários com a tipologia proporcionada pela literatura de estudos estratégicos, em que a aniquilação equivale ao método da ação direta, a deslocação ao método da aproximação indireta e a atrição/exaustão ao método da ação indireta.

Em adição ao que precede, compete assinalar que o método da ação direta, ou aniquilação, estabelece foco na destruição das forças armadas inimigas, por meio da vitória militar em batalha, e na subsequente conquista de seu território. O sucesso desse método reside na ampla superioridade de meios militares e na liberdade de ação para empregá-los. O grande mentor do referido método estratégico é Carl von Clausewitz, general prussiano e notável filósofo da guerra. Ressalta-se que a tão necessária superioridade de meios requer avaliação estratégica de aspectos quantitativos, qualitativos e intangíveis (motivação, liderança, adestramento, experiência etc.) do poder relativo de combate dos oponentes, o que torna a tarefa bastante complexa e motivo de patentes impasses estratégicos na história militar. Saddam Hussein utilizou essa estratégia para conquistar o Kuwait em 1990. Mais tarde, em 2003, o Iraque foi vítima da mesma estratégia, empregada por norte-americanos e britânicos.

De outro modo, não obstante pretender a vitória militar em batalha, o método da aproximação indireta, também conhecido como deslocação e blitzkrieg, busca alcançá-la por intermédio da paralisia estratégica do inimigo, ocasionada pela surpresa inicial do ataque e por uma manobra envolvente em profundidade empreendida com rapidez e agressividade por forças blindadas de elevada ação de choque,

com o propósito de atingir o centro de gravidade adversário e anular, destarte, sua capacidade de reação. Lidell Hart, militar britânico, é considerado o principal teórico da aproximação indireta e a invasão da França por tropas alemãs em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, representa o exemplo clássico dessa modalidade estratégica.

Esse método configura resposta à situação em que não há uma superioridade decisiva da força atacante (BEAUFRE, 1998, p. 119-120). Todavia, sua aplicação não constitui panaceia à problemática estratégica, porquanto há que observar uma série de fatores críticos de sucesso. Nesse contexto, a surpresa mostra-se crucial para o êxito militar, podendo ser obtida por meio de uma operação de dissimulação para desequilibrar o defensor, desde que existam múltiplas direções táticas de atuação passíveis de exploração. A profundidade da manobra requer o emprego de tropas blindadas com elevada mobilidade tática, dotadas de forte apoio ao combate para operar de modo independente. Ademais, o avanço ininterrupto da força envolvente depende das boas condições de transitabilidade do terreno, no contato e em profundidade, bem como da disponibilidade de uma estrutura logística móvel e flexível para assegurar a sustentação do combate, em distâncias compatíveis com a manutenção do fluxo logístico. Por fim, a referida estratégia mostra-se por demais dependente da superioridade aérea local, no intuito de proporcionar liberdade de ação às forças de superfície.

Alternativamente à vitória militar em batalha, o método da ação indireta tenciona o sucesso estratégico pela submissão do oponente, seja por intermédio de ações militares limitadas ofensivas e/ou restritivas (atrição), seja por meio de ações irregulares em contexto de resistência (exaustão). Atores não estatais insurgentes optam por essa modalidade estratégica, associada ou não a práticas terroristas. A



estratégia da resistência procura desgastar psicologicamente o adversário, não obstante a degradação secundária das capacidades inimigas causadas por suas incursões e emboscadas, em razão da baixa intensidade dos combates. Em contrapartida, as ações militares limitadas ofensivas e/ou restritivas (bloqueios, bombardeios e outras) promovem, primordialmente, a degradação das capacidades militares e econômicas do adversário, com severas repercussões políticas e psicossociais. O pensador militar mais destacado no tocante ao método estratégico militar da ação indireta é SunTzu, general e filósofo militar da tradicional escola de estrategistas chineses. A ação indireta por atrição (ações militares limitadas) foi muito bem executada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999 contra a República da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), por ocasião do conflito do Kosovo, submetendo Belgrado aos objetivos pautados pela aliança ocidental. De outro modo, a ação indireta por exaustão tem robusto exemplo na resistência afegã ante a ocupação militar soviética do Afeganistão no período de 1979 a 1989.

Em conclusão da abordagem dos métodos estratégicos militares, compete registrar sumariamente a estratégia nuclear, em que pese esta não compor o rol de opções disponíveis ao Estado brasileiro, tomando em consideração que o Brasil é signatário do “Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares” (TNP). Ainda que, hodiernamente, se constate a prevalência do interdito nuclear, em função dos prováveis efeitos catastróficos para toda a humanidade, o citado método, em tese, intenta a resolução do conflito pelo emprego de armamento atômico contra os centros do poder adversário, sejam políticos, econômicos, psicossociais, científico-tecnológicos ou militares, assim como contra as suas forças estratégicas de ataque nuclear. Os vetores mais comuns são os mísseis balísticos lançados de terra, os submarinos nucleares e os bombardeiros estratégicos, todos capazes

de projetar em solo inimigo ogivas atômicas de enorme potencial destrutivo. Há que considerar, ainda, a possibilidade de emprego de armas nucleares táticas em conjugação ou não com operações militares convencionais. A referida estratégia foi utilizada uma única vez na história em 1945, durante a campanha militar estadunidense contra o império nipônico. As bombas empregadas em Hiroshima e Nagasaki são, contemporaneamente, classificadas como armas nucleares táticas, a despeito de seu descomunal efeito destrutivo.

## 5. Manobra Estratégica

Na sequência da análise dos métodos estratégicos militares, faz-se necessário discorrer sobre a manobra estratégica com a finalidade de proporcionar maior pragmatismo a esse artigo. De acordo com Ferreira e Teixeira Júnior (2021, p. 116),

A combinação, no tempo e no espaço, das diversas estratégias de emprego, também referidas na literatura militar como posturas ou atitudes estratégicas, em face de cada ameaça identificada na situação conflituosa, consubstancia a manobra estratégica. Há que ressaltar a possibilidade de alternância das estratégias de emprego mediante faseamento, além de admissível conjugação simultânea diante de uma mesma ameaça.

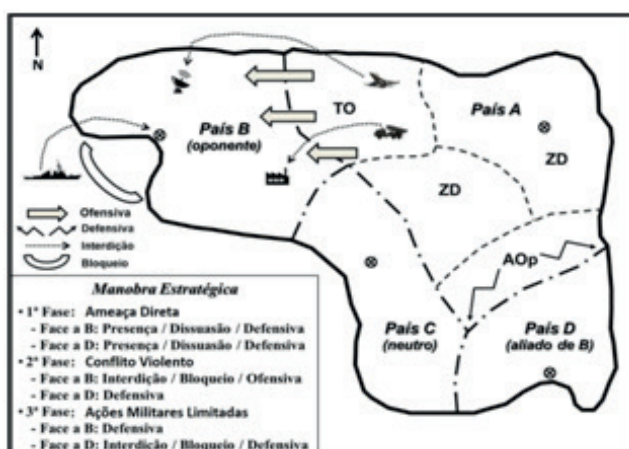
A partir da supracitada conceituação, salienta-se que a manobra estratégica está associada ao teatro de guerra, cuja dimensão geográfica incorpora todas as áreas estratégicas de interesse do Estado, passíveis de envolvimento nas ações militares da guerra, mesmo aquelas concernentes à defesa territorial. À vista disso, a concepção da manobra estratégica configura atribuição do órgão setorial de defesa, portanto, acima do nível operacional representado pelo teatro/área de operações, zonas de defesa e outros comandos operacionais da estrutura militar de defesa.

Em complemento ao que precede, convém

explicitar as estratégias de emprego vigentes na Doutrina Militar de Defesa, nomeadamente ofensiva, defensiva, resistência, dissuasão, presença, projeção de poder, aliança e ação independente (BRASIL, 2007, p. 35-36). Além das estratégias de emprego mencionadas, Ferreira e Teixeira Júnior (2021) propuseram o acréscimo de outras três, quais sejam: as estratégias da interdição, do bloqueio e da pacificação. O objetivo é proporcionar ao estrategista um maior leque de alternativas no emprego do aparato bélico do Estado, a fim de flexibilizar o emprego da força militar e dimensionar adequadamente a aplicação da violência em conformidade com o método estratégico selecionado.

No exemplo da **figura 7**, observa-se a manobra estratégica do País Alfa ante uma coalizão formada pelos Países Bravo (centro de gravidade) e Delta (ator mais fraco). Nesse caso específico, Alfa optou pelo método da ação direta no âmbito da estratégia nacional, privilegiando o uso de seu poder militar para alcançar seus objetivos políticos. Sua modelagem estratégica inclui o uso da ameaça direta na situação de crise e o conflito violento na impossibilidade de obter uma solução pacífica do litígio.

### Figura 7: Exemplo de manobra estratégica



Fonte: Ferreira e Teixeira Júnior (2021, p. 135)

No tocante à estratégia militar, na ausência

de informações mais detalhadas, caberia tanto o método da ação direta quanto da aproximação indireta. Nesse caso específico, a manobra estratégica foi concebida em três fases, adotando-se posturas diferenciadas em face de cada oponente da coalizão inimiga. Em observância à teoria oferecida por Wylie (1967), pode-se afirmar que o enfrentamento sucessivo dos oponentes (Países Bravo e Delta) retrata uma estratégia sequencial, na medida em que o País Alfa não dispõe de poder militar suficiente para lidar simultaneamente com ambos os rivais. Contudo, no âmbito de cada fase da manobra estratégica, nota-se a aplicação cumulativa de diversas estratégias de emprego em face de um mesmo adversário. Essa combinação de atitudes proporciona flexibilidade de emprego, dosagem de esforços e apropriada distribuição dos recursos militares disponíveis.

Considerando que os conceitos operativos conformam a base conceitual para o planejamento e o emprego operacional e que influenciam o projeto das forças militares (ECHEVARRIA II, 2016), é cabível inferir que a manobra estratégica, por sua flexibilidade e criatividade na aplicação da violência, sinaliza valiosos fundamentos para a formulação desses conceitos.

## 6. Conclusão

Conceitos operativos são essenciais para converter força potencial em poder militar (ECHEVARRIA, 2016). Eles estabelecem genericamente o modo de emprego do poder militar e precisam estar em consonância com os diversos métodos estratégicos militares. A inter-relação entre os conceitos operativos e a estratégia militar pode ser devidamente elucidada pela assertiva de Echevarria (2016, tradução nossa, grifo do autor) a respeito daqueles: “Como esquemas genéricos de manobra, eles ligam ‘fins’ a ‘meios’ na estratégia militar e geralmente servem como a cola que os mantém unidos”.

Segundo uma percepção holística, infere-se que o ambiente operacional típico do século

XXI será marcado por uma diversidade de atores presentes na área do conflito, sejam entes estatais ou não estatais, bem como por ações empreendidas concomitantemente nos domínios terrestre, marítimo, aéreo, espacial e informacional (cibernético, eletromagnético e psicológico). Em complemento, Ferreira e Teixeira Júnior (2021, p. 49) explicitam que “[...] o combate contemporâneo manifesta acentuadas tendências ao hibridismo, multidimensionalidade, digitalização, automação e robotização das ações beligerantes, sem prescindir, contudo, da indispensável aptidão humana para inovar, adaptar e surpreender no campo de batalha”.

Em vista do que precede, o conceito operativo futuro da Força Terrestre deve exprimir uma forma de combate lastreada, *inter alia*, na multidimensionalidade sinérgica das operações militares, na integração das capacidades conjuntas, combinadas e interações para alcançar a máxima convergência de esforços, no uso da tecnologia digital para potencializar a consciência situacional, na adaptabilidade aos variados ambientes operacionais e na resiliência às ações estratégicas, operacionais e táticas do oponente.

Especificamente no que concerne à estratégia militar, o conceito operativo precisa assegurar a possibilidade de gradação na aplicação da violência, permitindo dosar o emprego da força a partir do uso coercitivo do poder militar, em conformidade com a estratégia militar selecionada. Outrossim, o conceito operativo deve garantir a imprescindível flexibilidade operacional para combinar diferentes atitudes ou posturas estratégicas - ofensiva, defensiva, pacificação, interdição, resistência e outras - em face das distintas possibilidades de atuação do aparato militar do Estado.

## Referências

BARTHOLOMEES Jr, J. Boone. A survey of the theory of strategy. In: BARTHOLOMEES Jr, J. Boone. (Org.). US army war college guide to national security issues: theory of war and strategy. 5. ed.

Carlisle: Strategic Studies Institute Book, 2012.

BEAUFRE, André. Introdução à estratégia. Tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina militar de defesa. MD51-M-04. 2. ed. Brasília, DF: MD, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Doutrina de operações conjuntas. MD30-M-01. 2º Volume. Brasília, DF: MD, 2020.

BRATTON, Patrick. When is coercion successful? And why can't we agree on it? Naval War College Review, Newport, v. 58, n. 3, p. 99-120, 2005.

CLAUSEWITZ, Carl von. On war. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

ECHEVARRIA II, Antulio J. Operational concepts and military strength. The Heritage Foundation, 2016. Disponível em: <<https://www.heritage.org/military-strength-topical-essays/2017-essays/operational-concepts-and-military-strength>>. Acesso em 31 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Military strategy: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2017.

FERREIRA, Walter da Costa; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Estratégia militar aplicada: metodologia de emprego. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

FREEDMAN, Lawrence; RAGHAVAN, Srinath. Coercion. In: WILLIAMS, Paul D. (Ed.), Security Studies: an introduction. 2. ed. Nova York: Routledge, 2013.

GEORGE, Alexander L.; SIMONS, William E. The limits of coercive diplomacy. 2 ed. Boulder: Westview Press, 1994.

GRAY, Colin S. Estratégia moderna. Tradução de Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

GREER, Tanner. Military strategy: a very short introduction (book note). The Scholar's Stage, 2018. Disponível em: <<https://scholars-stage.org/book-notes-military-strategy-a-very-short-introduction/>>. Acesso em 28 ago. 2022.

HART, Basil Henry Liddell. Strategy: the indirect approach. 4. ed. Londres: Faber, 1967.

JORDAN, Javier. International competition below

the threshold of war: toward a theory of gray zone conflict. *Journal of Strategic Security*, Tampa, v. 14, n. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26999974>>. Acesso em: 1 set. 2022.

MCCLOSKEY, Henry John. Coercion: its nature and significance. *The Southern Journal of Philosophy*, Memphis, v. 18, n. 3, p. 335-351, 1980.

MEARSHEIMER, John J. *Conventional deterrence*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

NOZICK, Robert. Coercion. In: MORGENBESSER, Sidney; SUPPES, Patrick; WHITE, Morton. (Org.). *Philosophy, science and method: essays in honor of Ernest Nagel*. Nova York: St. Martin's Press, 1969.

OHNISHI, Ken. *Compellence and coercive diplomacy: concepts and characteristics*. National Institute for Defense Studies, 2019. Disponível em: <[http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/briefing/pdf/2019/briefing\\_e201903.pdf](http://www.nids.mod.go.jp/english/publication/briefing/pdf/2019/briefing_e201903.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2022.

PAPE, Robert A. *Bombing to win: air power and coercion in war*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

SHELLING, Thomas C. *Arms and influence*. Londres: Yale University Press, 1966.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Elvira Vigna. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

WYLIE, Joseph Caldwell. *Military strategy: a general theory of power control*. New Brunswick: RutgersUniversity Press, 1967.